

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS CURSO DE RELAÇÕES**  
**INTERNACIONAIS**



**PUC-SP**

**LEONARDO FARIAS DE OLIVEIRA**

**MILITARISMO E COLONIALISMO CONTEMPORÂNEO: a presença  
das bases militares dos EUA em Okinawa e a luta dos uchinanchus por  
autonomia e desmilitarização (1995–2025).**

SÃO PAULO, JUNHO DE 2025

**LEONARDO FARIAS DE OLIVEIRA**

**MILITARISMO E COLONIALISMO CONTEMPORÂNEO: a presença das bases militares dos EUA em Okinawa e a luta dos uchinanchus por autonomia e desmilitarização (1995–2025).**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.**

**Orientação: Prof. Dr. Tomaz Paoliello**

**SÃO PAULO, JUNHO DE 2025**

## **Resumo**

Este trabalho analisa a presença das bases militares dos Estados Unidos em Okinawa como uma manifestação de colonialismo contemporâneo, tanto em sua dimensão externa — representada pela imposição geopolítica norte-americana — quanto interna, evidenciada pela negligência e subordinação imposta pelo governo central japonês à população okinawana. A partir da terceira onda de protestos em 1995, desencadeada pelo caso de estupro cometido por militares norte-americanos contra uma menina de 12 anos, a pesquisa investiga como os uchinanchus passaram a articular politicamente sua identidade, sua memória coletiva e sua luta por autodeterminação. Por meio de uma abordagem qualitativa, ancorada em análise documental, bibliográfica, o estudo examina o papel das bases na configuração de um sistema de dominação duradouro, que atua tanto no plano físico quanto ideológico da ilha. A pesquisa busca evidenciar como Okinawa se tornou um epicentro de disputas entre soberania, segurança internacional e direitos dos povos indígenas, revelando as contradições da democracia japonesa e os limites da aliança entre Japão e Estados Unidos.

**Palavras-chaves:** Ryukyu; imperialismo; Japão; Estados Unidos da América, povos indígenas

---

## **Abstract**

This study analyzes the presence of U.S. military bases in Okinawa as a manifestation of contemporary colonialism, both in its external dimension—represented by U.S. geopolitical imposition—and its internal form, evidenced by the negligence and subordination imposed by the Japanese central government on the Okinawan population. Beginning with the third wave of protests in 1995, triggered by the rape of a 12-year-old girl by U.S. servicemen, the research investigates how the uchinanchu began to politically articulate their identity, collective memory, and struggle for self-determination. Using a qualitative approach grounded in documentary and bibliographic analysis, the study examines the role of the bases in shaping a long-lasting system of domination that operates on both the physical and ideological levels of the island. The research seeks to show how Okinawa has become an epicenter of disputes over sovereignty, international security, and the rights of Indigenous peoples, revealing the contradictions of Japanese democracy and the limits of the U.S.–Japan alliance.

**Keywords:** Ryukyu; imperialism; Japan; United States of America, indigenous people

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Mapa das bases militares em Okinawa.....</b>	<b>6</b>
<b>Figura 2 – Mapa da base de Futenma.....</b>	<b>8</b>
<b>Figura 3 – Gráfico: razões para não participar de protestos.....</b>	<b>15</b>
<b>Figura 4 – Gráfico: Pesquisa sobre apoio a retirada das bases.....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 5 – Island Chain Strategy.....</b>	<b>19</b>
<b>Figura 6 – Gráfico da economia da ilha relacionado a base.....</b>	<b>23</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Sigla/Abreviatura</b>	<b>Significado</b>
<b>ACSIL's</b>	Association of Comprehensive Studies for Independence of the Lew Chewans
<b>SOFA</b>	Status of Forces Agreement
<b>MCAS</b>	Marine Corps Air Station
<b>SACO</b>	Special Action Committee on Okinawa
<b>JSDF</b>	Japan Self-Defense Forces (Forças de Autodefesa do Japão)
<b>USFJ</b>	United States Forces Japan

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>A MULTIFACE DO CONFLITO, PROTESTOS ANTI-BASE</b>	
<b>2. E A BUSCA PELA CONCIÊNCIA IDENTITÁRIA DOS</b>	
<b>UCHINANCHUS .....</b>	<b>5</b>
<b>3. A RELAÇÃO TRIANGULAR ENTRE OS ESTADOS UNIDOS,</b>	
<b>JAPÃO E OKINAWA.....</b>	<b>18</b>
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>

## **Introdução**

A ilha de Okinawa faz parte arquipélago de Ryukyu que consiste em 169 ilhas e cerca de 1,46 milhões de habitantes (*Okinawa Prefectural Government, 2025*) com Okinawa sendo a maior e mais povoada ilha do arquipélago, também chamada de Uchinaa na língua nativa da ilha. Okinawa foi historicamente parte do reino de Ryukyu (1429), um reino independente que desenvolveu uma cultura única, diferente do resto do Japão. A ilha é lar e terra nativa dos uchinanchus (*Minority Rights Group, 2023*), porém, não são reconhecidos pelo governo central como indígenas.

Okinawa está localizada em uma posição estratégica para os interesses dos EUA, no coração do Pacífico Ocidental, permitindo acesso rápido a postos-chave do Leste Asiático, como China, Taiwan, Coreia do Sul e o Mar do Sul da China. Após a Segunda Guerra Mundial, a presença militar norte-americana na ilha foi consolidada como parte do esforço de contenção ao comunismo durante a Guerra Fria, transformando Okinawa em uma peça central da arquitetura de segurança dos EUA na região. Hoje, essa relevância persiste diante da crescente competição estratégica com a China, tensões em torno de Taiwan e a necessidade de projeção de poder em um Indo-Pacífico cada vez mais instável. Assim, Okinawa não é apenas um território insular japonês, mas um pilar fundamental da presença militar americana e da geopolítica asiática contemporânea (KEY-YOUNG; MASON, 2013)

Apesar de décadas de resistência local contra a presença militar estrangeira em Okinawa, a ilha continua sendo o principal território de instalações militares dos Estados Unidos no Japão, concentrando aproximadamente 70% das bases no país (*Okinawa Prefectural Government, 2020*). Ao mesmo tempo, o governo central japonês não reconhece oficialmente os uchinanchus como povo indígena, mesmo diante de evidências históricas, culturais e linguísticas que sustentam uma identidade local. Essa negação, combinada com a problemática permanência das bases militares, reforça estruturas de dominação que podem ser interpretadas como expressões de um colonialismo contemporâneo. Nesse contexto, torna-se necessário investigar de que forma essas dinâmicas de poder impactam a construção da identidade do povo uchinanchu e suas demandas por autodeterminação.

Este problema é a pergunta que orienta este trabalho: De que maneira a presença das bases militares norte-americanas em Okinawa configura uma expressão de colonialismo contemporâneo e tensiona o processo de emancipação política e identitária do povo okinawano? O objetivo principal desta pesquisa é analisar como a presença das bases militares dos Estados Unidos em Okinawa, aliada à postura do governo central japonês, constitui uma manifestação do colonialismo contemporâneo em duas frentes — externa e interna — e de que forma essas dinâmicas influenciam a construção da identidade local e a busca por emancipação do povo okinawano no período pós 1995. através de uma metodologia qualitativa, com base em análise documental e bibliográfica. A pesquisa busca contribuir para a compreensão das dinâmicas de poder que estruturam a permanência das bases militares e os desafios do reconhecimento étnico e político até o ano 2025.

A análise buscará entrelaçar essas perspectivas, identificando tanto os pontos de convergência quanto as tensões entre as visões institucionais e as vozes locais. Com isso, pretende-se oferecer uma leitura crítica das disputas de narrativa e poder em torno da presença militar estrangeira, inserindo a questão de Okinawa em um quadro mais amplo de colonialismo, autodeterminação e resistência. A colonização de Okinawa não começou neste século, é importante entender a distinção histórica de Okinawa com o Japão, os efeitos da colonização japonesa e posteriormente a norte-americana, para compreendermos a atual situação da ilha.

Em 1609, no período Edo, o reino de Ryukyu foi invadido pelas forças de Satsuma (domínio japonês em Kyushu, região sul do Japão). A ilha ainda mantinha relações comerciais com a China, principal motivo para os conflitos sino-japoneses a respeito do controle do território. Após as forças de Satsuma tomarem controle do Reino de Ryukyu, as ilhas assumiram os status de estado vassalo do domínio japonês (*Okinawa: The History of an Island People*, 2020, pg.130-247). Por fim, em 1879, com o fim da era Tokugawa e do sistema feudal, início da era Meiji e do Império japonês, a ilha de Okinawa e todas as outras ilhas que compunham o reino de Ryukyu foram anexadas ao Japão (*Okinawa Prefectural Government*, 2020).

Okinawa também foi palco de umas das maiores batalhas na segunda Guerra Mundial conhecida como “A Batalha de Okinawa”. O conflito terminou com a vitória ianque em 22 de junho de 1945 e a tomada das ilhas Ryukyu pelas forças militares dos EUA. Cerca de 100 mil civis morreram, cerca de 30% da população total, número maior que as mortes registradas de combatentes na região (*The National WWII Museum*, 2022). Com a vitória sobre o Império japonês, os Estados Unidos tomaram o controle da ilha e instalaram suas bases militares. A

derrota na guerra em 1945 foi um duro golpe para o Japão, que se encontrava em uma posição de fragilidade e submissão perante os Estados Unidos.

Em 1960, o Japão assinou o *Treaty of Mutual Cooperation and Security between the United States and Japan*, tratado construído de acordos prévios estabelecidos em 1951 entre EUA e Japão, renunciando assim, as suas forças armadas e oficializando uma aliança da qual os Estados Unidos detém o poder militar aéreo, naval e marítimo nacional. O tratado também assegura o direito ao uso das terras do território japonês para a construção de instalações militares (*ARTICLE VI, Japan-U.S. Security Treaty, 1960*). Somente em 1972, a administração da ilha de Okinawa, onde se encontra a maior parte dessas instalações norte-americanas, retornou ao governo central japonês, porém, as bases militares se mantiveram no território como parte do tratado entre os Estados Unidos e Japão (*ARTICLE III, Agreement Between the USA and Japan Concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands, Washington and Tokyo, 17 de junho de 1971*),

A prefeitura de Okinawa ocupa 0,6% do território japonês, mas acolhe cerca de 70% das instalações militares americanas (*Okinawa Governmental Prefecture, 2020*). O governo central e Okinawa têm visões políticas e opiniões distintas sobre a atual situação das bases na ilha o que acaba por ser o tema que pauta o debate político em Okinawa. A ilha ficou com a maior parte do ônus da guerra e isso se reflete até hoje em sua economia, meio ambiente e na vida cotidiana da população. Okinawa é a prefeitura mais pobre do Japão (Ryukyu Shimpo, 2016), tem sua economia quase que totalmente baseada no turismo. As bases causam imensos danos ambientais e insegurança a vida dos habitantes da ilha, que convivem com uma zona militarizada no meio da zona civil, o que culmina em diversos acidentes em áreas residenciais (*Okinawa Prefectural Government, 2020*)

Os protestos anti-base pedem pela retirada das instalações militares e pela autonomia sobre a ilha. Há organizações que também lutam para garantir os direitos dos cidadãos de Okinawa, uma delas é a ACSIL's, uma das organizações que representa os uchinanchus na ONU. Eles solicitam o reconhecimento oficial do povo indígena de Okinawa por parte do governo central japonês e buscam por autonomia e independência tanto da influência norte-americana, quanto japonesa (*ACSIL's Statement, 2022*). Os okinawanos demandam pela retirada das bases militares desde a primeira onda de protestos. Miyume Tanji, autora do livro *Myth, Protest and Struggle in Okinawa*, aponta em sua obra os problemas de segurança e expõe as demandas de uma sociedade refém do militarismo. A obra se debruça sobre os protestos que

ocorreram na ilha desde a ocupação em 1945, e dos efeitos da terceira onda de protestos em 1995. Com a terceira onda, veio o reavivamento do sentimento anti-base que transformou o cenário político da ilha, o que gerou debates sobre a identidade okinawana e sobre o desalinhamento com os interesses de Tokyo e de Washington DC.

Após mais de 30 anos, desde a segunda onda de protestos em Okinawa, a terceira onda teve início com caso de estupro de 1995. Isso reacendeu os movimentos anti-base que eclodiram logo após a ocupação em 1945 e nos anos 1960 (TANJI, 2006, p. 6-7). Também reforçou o movimento pró-independência na ilha e movimentou de forma brusca o cenário político da prefeitura. Grupos anti-base que vieram posteriormente como a ACSIL's (*The Association of Comprehensive Studies for Independence of the Lew Chewan Peoples*) são frutos da Terceira onda de protestos.

Segundo Masamichi Inoue, autor do livro *Okinawa and the U.S. Military: Identity Making in the Age of Globalization*, não houve outro momento na história onde o tema de insegurança e oposição à ocupação militar foi amplamente discutido na esfera local e internacional. O caso reacendeu o sentimento antiamericano e anti-japonês nos cidadãos nativos da ilha. (INOUE, 2007, p.54-55). O caso que levou à terceira onda de protestos reabriu a discussão e influenciou a formação da opinião dos uchinanchus sobre a posição de Okinawa em relação às bases militares, a postura e a responsabilidade do governo central japonês quanto ao papel da ilha, bem como o ônus da guerra que ela carrega.

Uma análise bibliográfica e documental de autores centrais deste trabalho é fundamental para compreender a dinâmica entre os três principais atores envolvidos na questão da presença militar norte-americana em Okinawa: o governo japonês, o Pentágono e a população okinawana — como movimentos que reivindicam por autonomia e desmilitarização e outros que reivindicam o reconhecimento enquanto povo indígena e almejam independência. A metodologia se ancora em uma análise documental de produções acadêmicas que articulam perspectivas históricas, políticas, identitárias e coloniais, permitindo observar como essas dimensões se sobrepõem e se manifestam no contexto pós-1995.

Obras como *Managing the US Base Issue in Okinawa* de Aurelia George Mulgan, (2010) e *Building a Maritime “Great Wall” to Contain China? Explaining Japan’s Recalibration of Risk with the Militarization of Okinawa* de Sort Key-young e Ra Mason e o, *Geopolitics of disregard: Living a colonial life in Okinawa* de Hidefumi Nishiyama, serão

mobilizadas para compreender as estratégias narrativas estatais — especialmente as noções de “dissuasão” e “segurança nacional” — e o papel da política japonesa na manutenção dessas bases. A análise de Miyume Tanji em *Myth, Protest and Struggle in Okinawa*, busca expor as características da comunidade de protesto na ilha, as experiências políticas locais, destacando formas de resistência civil e o a mobilização da população okinawana frente ao militarismo.

Além disso, o autor Masamichi S. Inoue aprofunda o debate sobre identidade, globalização e colonialismo interno, fornecendo ferramentas conceituais para compreender a marginalização estrutural de Okinawa no interior do sistema político japonês. A esse se soma a pesquisa quantitativa de Lim, John Chuan-tiong, professor da universidade de Ryukyu, sobre identidade okinawana e o relatório *Millennial+ Voices in Okinawa: An Inquiry into the Attitudes of Young Okinawan Adults toward the Presence of U.S. Bases (2019)*, que permite entender um pouco mais sobre a adesão aos protestos.

### **A multiface do conflito, protestos anti-base e a busca pela consciência identitária dos uchinanchus.**

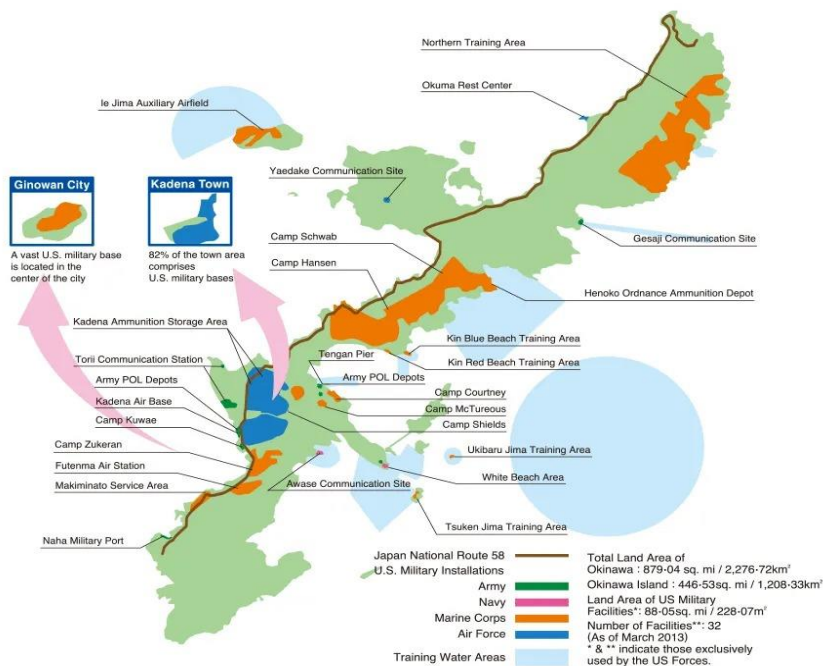
A presença massiva das bases militares dos Estados Unidos em Okinawa configura um problema multifacetado. A primeira face é histórica e identitária: trata-se do ônus que Okinawa carrega desde o fim da Segunda Guerra Mundial, responsável por alimentar protestos recorrentes e a luta contínua do povo uchinanchu contra o militarismo e em defesa do direito à autodeterminação. A segunda dimensão é social: a militarização intensa do território expõe a população civil a insegurança cotidiana, crimes cometidos por militares fora das bases — com destaque para a violência de gênero contra mulheres okinawanas —, além de acidentes e violações em áreas residenciais. A terceira face diz respeito às ameaças ambientais: destruição de ecossistemas intensificados pela construção da nova base em Henoko (2019), colocam em risco a biodiversidade local.

A dimensão geopolítica do conflito é fundamenta para entender a importância do tema na atualidade das relações internacionais. A estratégia de contenção da China posiciona Okinawa como ponto chave na arquitetura de segurança dos Estados Unidos na região. Essa lógica reforça as tensões com uma das maiores potências mundiais e revela o caráter imperialista da presença norte-americana, que frequentemente se sobrepõe aos interesses e às demandas da população local (KEY-YOUNG; RA MASON, 2013). Tal contexto aprofunda o desalinhamento entre Okinawa, o governo central japonês e Washington, evidenciando as

contradições entre segurança regional e autodeterminação local. A relação entre política local, estratégia internacional e os principais atores envolvidos será explorada em maior profundidade em uma seção específica deste trabalho.

Em 1945, Okinawa tinha sua economia baseada na agricultura e dependia muito das terras férteis para o sustento de sua economia. Na Batalha de Okinawa, as terras sofreram grandes danos que atingiram diretamente a população que vivia da agricultura de subsistência (*Okinawa: The History of an Island People*, pg. 430). Após a vitória na guerra, os Estados Unidos tomaram posse de uma larga porção das terras planas de Okinawa. Os habitantes da ilha começaram a construir casas ao redor das bases e centralizaram a economia envolta delas, já que boa parte das terras foram destruídas com a guerra e ocupadas pelo exército americano. Okinawa nunca cedeu terras voluntariamente para a construção das bases militares e atualmente o maior contingente militar fora dos Estados Unidos se encontra no Japão, com 55, 227 militares dos quais 25, 843 se encontram em Okinawa. Além de conter metade de todo o contingente militar americano representando apenas 0,6% do território japonês, Okinawa tem cem vezes mais bases por km<sup>2</sup> do que o restante do Japão como mostra a figura I abaixo (*Okinawa Prefectural Government*, 2020).

Figura 1



Fonte: *Okinawa Prefectural Government*, (2016)

Desde 1945, a presença das instalações militares norte-americanas são motivos de protestos na ilha. Miyume Tanji descreveu em seu livro “*Myth, Protest and Struggle in Okinawa*” o problema que a ilha enfrenta desde a ocupação dos EUA. A primeira onda de protestos surgiu principalmente por causa das terras ocupadas pelos norte-americanos. O movimento que partiu de agricultores e estudantes universitários atingiu outras camadas da sociedade okinawana da época que foi afetada pela ocupação militar. A segunda onda de protestos aconteceu nos anos 1960, em pleno a Guerra Fria. Os 3 principais problemas pontuados por Miyume eram, a taxa de violência e acidentes atribuídos aos militares americanos, a suspeita de armas nucleares, submarinos nucleares na ilha e de um B-52 (avião bombardeiro estratégico subsônico de longo raio de ação) a ser usado em uma ofensiva contra o Vietnã (TANJI, 2006 p. 99-100). Além disso, uma das principais demandas era para que a administração da ilha voltasse para o Japão, o que ocorreu em 1972.

A terceira onda de protestos teve início com caso de estupro de 1995. No dia 4 de setembro, quando três militares, o integrante da Marinha dos EUA Marcus Gill e os fuzileiros navais, Rodrico Harp e Kendrick Ledet, todos servindo em Camp Hansen em Okinawa, alugaram uma van e sequestraram uma menina de 12 anos, nativa de Okinawa. Eles a espancaram, taparam seus olhos e boca com fita adesiva e amarraram suas mãos e a estupraram. A menina sobreviveu e relatou sobre as agressões que havia sofrido às autoridades locais. (INOUE, 2007, p.55-56). Esse episódio reacendeu o debate entre os habitantes de Okinawa sobre a presença das bases militares na ilha, a responsabilidade do governo central japonês em relação ao papel atribuído a Okinawa e o legado da guerra que ela ainda carrega. Também reforçou as demandas locais por maior autonomia e pelo reconhecimento da identidade do povo okinawano.

O movimento de protesto começou com um grupo de mulheres que lutavam contra a violência praticada por militares, o *Okinawan Women Act against Military and Violence* (TANJI, 2006 p.157). Em 1995, foi realizada a quarta Conferência Mundial sobre Mulheres que aconteceu em Pequim. Um grupo de 71 mulheres representando Okinawa participou de 11 workshops e deram palestras sobre tópicos específicos de Okinawa como “violência militar estrutural contra as mulheres “. Durante o evento, o grupo se chocou com a notícia do estupro. Haviam se passado 50 anos desde a ocupação americana e a violência ainda persistia no cotidiano da população e principalmente das mulheres (TANJI, 2006 p.157). Este grupo organizou e iniciou um protesto que se alastrou por toda a ilha.

No dia 21 de outubro de 1995, os movimentos contra a opressão militar americana e contra a posição governo japonês levaram 85 mil pessoas às ruas para protestar pelos seus direitos e contra as bases militares (INOUE, 2007)). Os protestos tinham duas demandas principais, revisão do SOFA e redução das bases militares na ilha. Segundo Masamichi Inoue, antropólogo e autor do livro *Okinawa and the U.S. Military: Identity Making in the Age of Globalization*, não houve outro momento na história onde o tema de insegurança e oposição à ocupação militar foi amplamente discutido na esfera local e internacional. O incidente de 1995 repercutiu internacionalmente e de uma forma dentro da comunidade okinawana que a identidade local ganhou força na luta contra a dominação americana e japonesa (INOUE, 2007, p.54-55).

Os crimes cometidos por militares e civis relacionados as bases militares são parte da violência da qual os okinawanos são expostos. Segundo a *Okinawa Prefectural Police data*, o número de crimes cometidos por militares ou associados as bases desde a reversão da ilha para o Japão em 1972 até o ano de 2022 foram de 6.163, dentre esses, 134 estupros e 27 homicídios (Mainichi Japan, 2024). Além dos crimes, outro problema de segurança que aflige a ilha são os acidentes causados por atividades militares. A ilha de Okinawa sedia 32 bases militares incluindo *United States Forces Japan (USFJ)* e a *Japan Self-Defense Forces (JSDF)*. Uma das maiores bases militares dos EUA fora de seu território é a base de Kadena, e Futenma, as duas se encontram em meio a área civil da ilha, o que ocasiona distúrbio atrapalhando as atividades diárias dos cidadãos e o risco de acidentes relacionados a atividade militar são grandes (*Okinawa Prefectural Government*, 2016).

Figura 2



Fonte: *Okinawa Prefectural Government*, (2016)

Segundo as estatísticas coletadas pelo Governo da prefeitura de Okinawa, até o final de 2015, foram registrados 676 acidentes envolvendo aeronaves. Exercícios com munição real também provocaram incêndios florestais que destruíram aproximadamente 3.796 hectares de terra. Além disso, substâncias tóxicas foram identificadas em antigas instalações militares. Em 2004, um helicóptero CH-53D caiu no campus da Universidade Internacional de Okinawa, próximo a base de Futenma. O helicóptero colidiu com a parede de um prédio da universidade antes de cair no solo, espalhando destroços pela área. Mesmo após duas décadas, persistem críticas sobre a falta de autoridade do Japão para investigar incidentes envolvendo militares dos EUA, após o acidente, a polícia de Okinawa não pôde entrar na base para investigar a queda. devido ao *Status of Forces Agreement (SOFA)*, (*Okinawa Prefectural Government*, 2016).

Um dos principais pontos de tensão entre a população okinawana e a presença militar estadunidense refere-se ao SOFA, firmado entre os governos do Japão e dos Estados Unidos em 1960 (*U.S. Department of State*). Esse acordo define os termos legais da permanência das forças armadas norte-americanas no território japonês, incluindo os privilégios jurídicos concedidos a seus militares. Em Okinawa, os efeitos do SOFA são particularmente agudos. O acordo historicamente garantiu imunidade parcial a militares acusados de crimes cometidos fora de serviço, dificultando a investigação e o julgamento pelas autoridades japonesas — uma situação que gerou revolta popular, sobretudo após o caso de estupro de 1995. (TANJI, 2006 p.155-156)

Embora o acordo tenha sido ligeiramente revisado após forte oposição da população e do Governador Ota, ainda persistem limitações ao acesso de autoridades japonesas às bases e à responsabilização criminal de militares. (TANJI, 2006 p.155-156). O SOFA simboliza a negação da soberania da ilha e reforça a condição subalterna de Okinawa dentro do Estado japonês, funcionando como um dos mecanismos estruturais do colonialismo contemporâneo.

A imposição e manutenção do SOFA, mesmo após pressões locais, exemplifica como a soberania de Okinawa segue sendo limitada por dinâmicas externas — tanto dos Estados Unidos quanto do governo central japonês. Esse arranjo institucional, que perpetua assimetrias jurídicas e políticas, não apenas reforça a marginalização contemporânea da ilha, mas também se insere em um processo histórico mais amplo de subalternização. É nesse contexto que Inoue (2007) propõe compreender a identidade okinawana como produto de camadas históricas de opressão e resistência, sendo a relação com o Estado japonês e o papel de Okinawa como zona de sacrifício militar elementos centrais nessa construção.

Segundo Inoue (2007), o desenvolvimento da identidade okinawana pode ser compreendido a partir de duas camadas históricas. A primeira decorre da relação histórica com o governo central japonês, marcada pela discriminação contra os okinawanos e pelo uso da ilha como “peça de sacrifício” para proteger o território principal do Japão, sobrecarregando Okinawa com o ônus da guerra (INOUE, 2007, p.40).

A segunda camada emergiu com a eclosão dos primeiros protestos em 1955, e está enraizada nas lembranças traumáticas da Segunda Guerra Mundial, na ocupação norte-americana, na permanência contínua das bases militares após a reversão de Okinawa ao Japão e na violência cotidiana a que a população foi submetida. Os protestos da década de 1950 tinham um caráter nacionalista, pois os cenários da guerra ainda estavam muito vivos na memória coletiva. Já nos movimentos que antecederam a reversão da ilha ao Japão, em busca de se libertar das bases militares, emergiu um apelo por uma identidade japonesa com a reversão do território para o Japão e a continuidade das bases na ilha, Okinawa foi afligida pelos dois gumes da espada do duplo colonialismo (INOUE, 2007, p.41-62). Para Inoue (2007), foi precisamente a confluência dessas duas experiências — a resistência ao militarismo estrangeiro e a relação conflituosa com o Estado japonês — que consolidou a identidade okinawana contemporânea, tendo como estopim o caso de 1995.

O caso de 1995 foi um marco crucial na comunidade okinawana, mobilizou o setor político e civil, trouxe reflexões sobre a posição como cidadãos em relação ao governo central japonês e sobre sua própria identidade coletiva. Segundo Masamichi Inoue (2007), o episódio foi um ponto de inflexão que catalisou os debates sobre uma identidade okinawana contemporânea, marcada pela oposição à violência estrutural imposta pelas bases militares. A mobilização em torno da figura da menina estuprada levantou a narrativa de uma Okinawa representada como inocente, indefesa e moralmente íntegra — uma construção coletiva que contribuiu para fortalecer o sentimento de unidade e resistência entre os okinawanos, construção que Inoue aponta como complexa, ambígua e incerta (INOUE, 2007, p.30-40).

In the process, the raped girl may have been turned, metaphorically, into Okinawa’s common property, prompting people with diverse backgrounds and interests who had never met each other to become united in this “imagined community”. With the totalizing ideas such as Okinawano ikari (Okinawa’s anger), Okinawa no itami (Okinawa’s pain), and Okinawa no kokoro (Okinawa’s heart), Okinawans homogenized themselves in opposition to the outside violence so as to discover, in its interior, the raped girl as a symbol of an innocent, helpless, and pure Okinawa. (INOUE, 2007, p.69).

Segundo Masamichi Inoue, o problema central dos protestos em Okinawa é a forma como a identidade okinawana é construída e instrumentalizada por atores políticos, especialmente homens. Esses agentes utilizam uma noção homogênea e estrategicamente centralizada de "okinawanidade" como ferramenta de mobilização, o que, segundo Inoue, acaba por negligenciar a diversidade interna da população — como as vozes de mulheres, jovens e trabalhadores — e reduzir a complexidade das experiências vividas na ilha. Outras mulheres que foram assassinadas e estupradas, como prostitutas, não se enquadravam neste padrão de pureza e foram gradualmente esquecidas por essas pautas. Nesse contexto, o ato de protestar torna-se não apenas uma expressão de resistência, mas também um mecanismo de reprodução simbólica da própria violência sofrida (INOUE, 2007, p.69). A respeito disso, o discurso da jovem estudante, Nakamura Sugako, para 85 mil pessoas que protestavam em 1995, reverberou esse sentimento.

It goes without saying that I am angry with the U.S. servicemen. Yet I also wonder if we really should protest, thus violating her feelings, her privacy is small doubt still remains in my mind. But it is also true that, because of her courage and the courage of her family, this incident has been made public, now arousing a historic vortex. We could not possibly waste her courage.... I would like us, the young generation, to get a new Okinawa started.... Please return quiet Okinawa to us. Please return Okinawa without the military, without the tragedy. Return the peaceful island to us. (Ryukyu Shimpo, 1995)

Para Masamichi, foi um erro estratégico dos políticos okinawanos desconsiderar a natureza da violência de gênero do crime em uma tentativa desesperada de criar uma resistência (INOUE, 2007, p.40). A ritualização dos protestos: ações que, embora visíveis e frequentes, acabam se tornando previsíveis e simbólicas, reafirmando o sofrimento histórico de Okinawa sem, contudo, gerar mudanças estruturais na presença militar ou nas relações de poder que a sustentam.

Essa discussão converge com a análise de Miyume Tanji, que utiliza o termo “*myth*” não no sentido de falsidade, mas como uma narrativa estruturante e persistente que pauta o modo como a resistência em Okinawa é compreendida e praticada. Miyume seguiu a linha e definição de “mito” dada pelo antropólogo francês, Claude Lévi-Straus, “Mitos constroem um passado comum – e origem – e, muitas vezes, um futuro ou destino comum também.”

Para Miyume, o “mito” da comunidade de protesto okinawana articula uma imagem de unidade, pacifismo e resistência contínua, fundamentada nas memórias históricas da guerra, da ocupação norte-americana e da marginalização da ilha pelo governo central japonês. Embora

essa narrativa tenha desempenhado um papel importante na construção de uma identidade coletiva de resistência, ela também simplifica a realidade social de Okinawa, apagando suas diversidades internas — como diferenças de gênero, classe, geração e origem étnica. Ela argumenta que essa comunidade de protesto permanece, em grande parte, não institucionalizada e fragilmente estruturada, sendo mobilizada por eventos marcantes, mas com dificuldade de sustentar uma ação política contínua e articulada. Mas segundo Masamichi, os protestos da terceira onda deram início a uma nova forma de ver a comunidade de protestos em Okinawa (TANJI, 2006 p.19-20).

In Placed against the background of the affluence of Okinawa, the protests against the rape in 1995, indeed, allowed us to catch a glimpse of Okinawa's efforts not to let Okinawa dissolved into depoliticized differences, but to ground the collective social consciousness in the new perspective of confident, affluent "citizens" of diverse backgrounds awakened to globally disseminated ideas about rights, women, and peace. (INOUE, 2007, p. 45)

Essa tensão entre a construção de uma identidade coletiva de resistência — muitas vezes idealizada como homogênea — e a diversidade real da sociedade okinawana também se manifesta fora do campo discursivo, como demonstram dados empíricos no relatório apresentado à prefeitura do governo de Okinawa. Lim Chuan-xiong, professor associado do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Ryukyu, conduziu uma pesquisa ao longo de dois anos, iniciada em 2005. O estudo consistiu em entrevistas com residentes de Okinawa com 18 anos ou mais, totalizando 1.029 entrevistados em 2005, 1.200 em 2006 e 1.201 em 2007. A pesquisa oferece uma perspectiva concreta sobre como os próprios residentes de Okinawa se identificam em relação ao restante do Japão. Ao investigar, entre 2005 e 2007, como a população local se autoidentifica — como okinawana, japonesa ou ambas — Lim revela não apenas a persistência de uma identidade nativa fortemente afirmada, mas também as nuances dessa construção identitária no cotidiano da população.

A principal questão investigada nas entrevistas foi a autodefinição identitária dos participantes: se eles se consideravam okinawanos, japoneses ou ambos. Os resultados revelaram uma forte identificação da população com a identidade okinawana. Em 2005, os entrevistados acima dos 18 anos tiveram a seguinte divisão: 40,6% se identificaram apenas como okinawanos, 21,3% como japoneses e 36,5% como ambos. Os demais ou escolheram outras opções ou não souberam responder. No ano seguinte, em 2006, 30,3% se identificaram como okinawanos, 40,1% como ambos e 28,6% como japoneses. Já em 2007, o número de entrevistados que se declararam exclusivamente uchinanchu aumentou para 41,6%, enquanto 25,5% se identificaram como japoneses e 29,7% como ambos (LIM, 2008).

Já entre a população de 18 a 25 anos teve os seguintes dados correspondentes: 38,6% se identificaram apenas como okinawanos, 11,3% como japoneses e 50% como ambos. Os demais ou escolheram outras opções ou não souberam responder. No ano seguinte, em 2006, 20,4% se identificaram como okinawanos, 57% como ambos e 20,2% como japoneses. Já em 2007, o número de entrevistados que se declararam exclusivamente uchinanchu aumentou para 28,6%, enquanto 23,7% se identificaram como japoneses e 45,2% como ambos (LIM, 2008).

Esses dados indicam que, ao longo dos três anos de pesquisa, a identidade okinawana permaneceu significativamente presente entre a população local, refletindo um sentimento persistente de distinção cultural e étnica em relação ao restante do Japão. Mas também mostrou o contraste entre as opiniões de outras gerações e a da população mais jovem a respeito da identidade okinawana. Pudemos ver, durante os 3 anos de pesquisa, uma média de 37,5% de pessoas que se identificaram apenas como uchinanchu. Ao analisar a média de 29% da população entre 18 e 25 anos que se identifica apenas como okinawana percebemos que há um menor número de jovens que renegam totalmente a identidade japonesa.

Isso revela uma tendência significativa entre os jovens de 18 a 25 anos em relação à autodefinição identitária. Nessa faixa etária, a proporção daqueles que se identificam simultaneamente como okinawanos (uchinanchu) e japoneses atinge a média de 50,8%, percentual consideravelmente superior à média geral de 35%. Como os dados da população jovem estão integrados ao conjunto total da amostra, é possível inferir que, entre os indivíduos com mais de 25 anos, essa identificação dupla é ainda menos frequente. Essa discrepância sugere que os jovens, embora reconheçam e valorizem sua identidade okinawana, também incorporam a identidade japonesa como parte de sua realidade sociocultural contemporânea. Essa integração ocorre, em grande parte, em função do contexto histórico no qual estão inseridos: não falam o uchinaaguchi (língua tradicional de Okinawa), utilizam exclusivamente o japonês — reflexo direto do processo de assimilação cultural promovido pelo Estado japonês. Além disso, estão inseridos institucionalmente na estrutura política, econômica e educacional do Japão.

A população jovem de Okinawa, embora integrada ao sistema japonês, ainda mantém sua identidade okinawana — muitas vezes simultaneamente à identidade japonesa. Porém, isso não invalida o sentimento de pertencimento étnico-cultural, mas o contextualiza dentro de um sistema de dominação histórica e institucional. Nesse cenário, a proclamação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em 2007 (adotada formalmente em

2008), inaugura um novo marco internacional que dá forma e legitimidade jurídica às reivindicações de povos como os uchinanchus (Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, 2008).

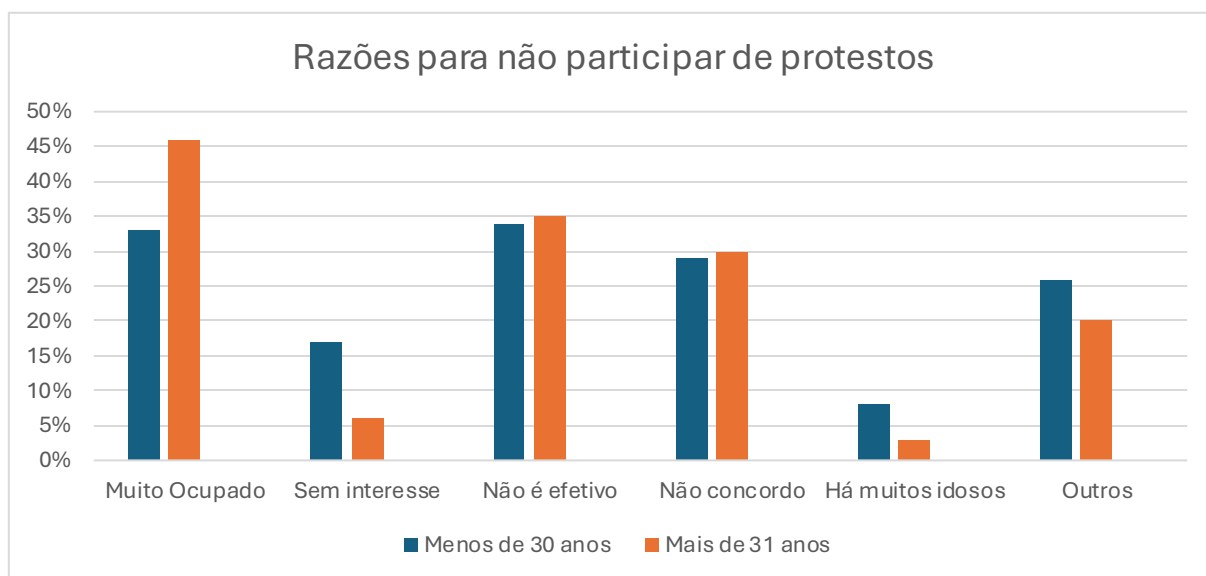
Ao reconhecer o direito à autodeterminação, à preservação da cultura, das línguas, das instituições e, especialmente, do território, a declaração oferece uma plataforma legal que amplia o escopo da luta okinawana — conectando a causa identitária à luta pela desmilitarização, pelo reconhecimento como povo indígena e pela superação de um colonialismo que, embora reconfigurado, ainda se mantém presente no cotidiano da ilha. Pauta que foi integrada por grupos anti-bases e pró independência como a ACSIL's e a Peace for Okinawa que clamam por seus direitos como indígenas.

As gerações mais jovens, portanto, não se percebem como completamente dissociadas do restante do país, mas ainda assim mantêm uma consciência identitária de valores culturais da ilha, revelando uma coexistência complexa entre pertencimento nacional e afirmação local. O fator identitário e o processo de assimilação cultural à identidade japonesa, especialmente entre os mais jovens que nasceram após a reversão da ilha à administração do Japão em 1972, exercem influência direta sobre as percepções em relação à presença das bases militares em Okinawa. Essas gerações, que cresceram em um contexto marcado por políticas de integração nacional e silenciamento da identidade okinawana, tendem a apresentar maior aceitação — ou indiferença — quanto à permanência das bases. Esse afastamento em relação à memória da guerra e às experiências de resistência é uma das manifestações do colonialismo contemporâneo: um processo de apagamento cultural que dificulta a transmissão de narrativas históricas alternativas e contribui para a normalização da presença militar estrangeira. Assim, a construção da identidade entre os jovens okinawanos é sufocada, marcada por uma ideia de pertencimento nacional (Japão), distanciamento das lutas históricas de autodeterminação e inclinação ao aceitar cada vez mais as bases como parte da ilha.

Um relatório elaborado por Charles E. Morrison e Daniel Chinen, publicado pelo *East-West Center* em parceria com a *United States–Japan Foundation*, intitulado *Millennial+ Voices in Okinawa: An Inquiry into the Attitudes of Young Okinawan Adults toward the Presence of U.S. Bases* (2019), revelou que temas como política local, a presença das bases militares e os movimentos anti-base despertam maior interesse entre os residentes com mais de 45 anos. Entre os jovens adultos, observa-se uma tendência de distanciamento ou desengajamento em relação a esses temas. Os dados demonstram que os principais motivos para a baixa participação da

juventude em protestos e mobilizações políticas contra as bases estão ligados à naturalização da presença militar, à falta de identificação direta com os episódios históricos de violência, e ao sentimento de impotência diante da continuidade da ocupação. A seguir, o gráfico a ser apresentado ilustra essas razões de forma mais detalhada.

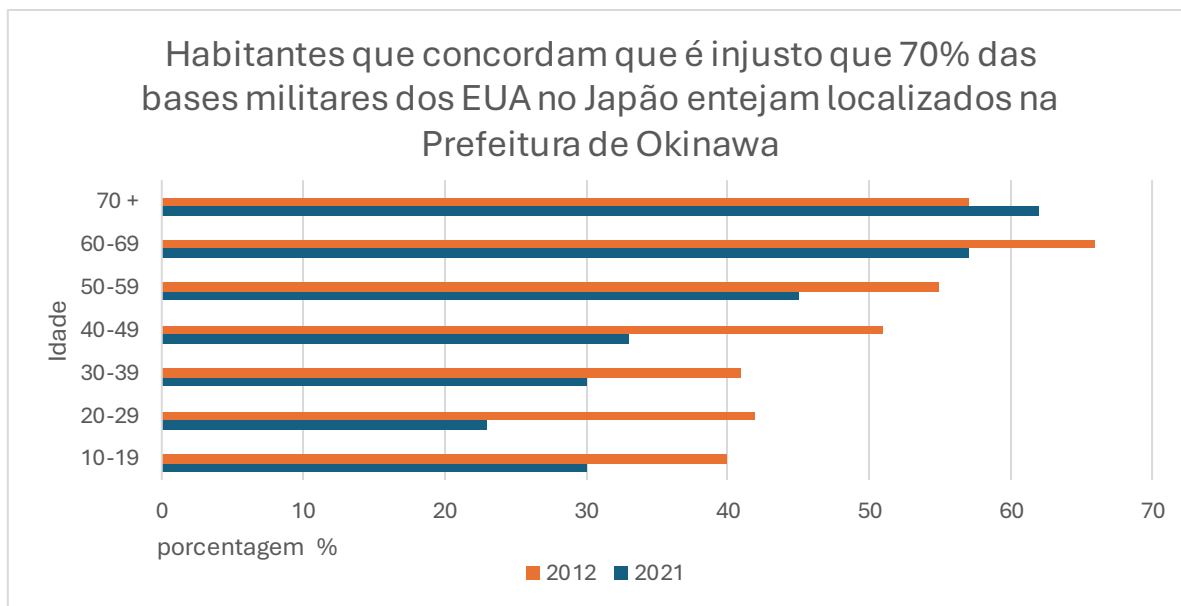
Figura 3



Fonte: *Millennial+ Voices in Okinawa: An Inquiry into the Attitudes of Young Okinawan Adults toward the Presence of U.S. Bases* (2019).

Desde 1979, a Prefeitura de Okinawa conduz, a cada cinco anos, uma pesquisa de opinião pública com o objetivo de identificar o que os residentes da ilha valorizam e como suas percepções e necessidades evoluem ao longo do tempo. A comparação entre os dados da edição de 2012 e os da pesquisa mais recente, realizada em 2021, revela diferenças significativas nas opiniões entre faixas etárias distintas, sobretudo no que diz respeito à presença das bases militares dos Estados Unidos. Uma das questões centrais avaliou o grau de concordância com a afirmação: É injusto que 70% das bases militares dos EUA no Japão estejam localizadas na Prefeitura de Okinawa. Os resultados, apresentados no gráfico a seguir, evidenciam um contraste geracional que reforça as mudanças na percepção pública sobre a militarização da ilha.

Figura 4



Fonte: The Yomiuri Shimbun, 2021

A análise comparativa entre os dados das pesquisas de 2012 e 2021 revela uma tendência de declínio no número de pessoas que concordam com a afirmação de que é injusto que 70% das bases militares dos Estados Unidos no Japão estejam localizadas em Okinawa. Esse declínio é observado em todas as faixas etárias, com exceção do grupo com 70 anos ou mais, e ocorre tanto no sentido horizontal — entre as diferentes gerações — quanto no sentido vertical — dentro de uma mesma faixa etária ao longo do tempo. Em outras palavras, quanto mais jovem a geração, menor é a proporção de indivíduos que percebem a presença das bases como um problema; além disso, mesmo dentro da mesma faixa etária, o nível de concordância com essa afirmação diminuiu entre 2012 e 2021.

Esses dados sugerem um processo contínuo de normalização da presença militar, especialmente entre as gerações que não vivenciaram diretamente os horrores da guerra ou os primeiros movimentos de resistência. As bases passam a ser vistas não apenas como uma realidade consolidada, mas como um componente quase naturalizado da paisagem social e política da ilha — um fenômeno característico dos processos de colonialismo contemporâneo, nos quais a dominação é sustentada também pela produção de consenso e esquecimento histórico. Hidefumi Nishiyama, em seu artigo, *Geopolitics of disregard: Living a colonial life in Okinawa*, descreveu as bases militares como produto do colonialismo contemporâneo e da aquisição de territórios, fenômeno que acontece em outras ilhas como, Guam, Porto Rico e no

Havaí (NISHIYAMA, 2014, p. 1). A falta de direitos democráticos plenos leva as bases militares americanas espalhadas por essas ilhas, principalmente Okinawa, a se tornarem símbolos imponentes do colonialismo do século XXI.

Essa é apenas uma das muitas camadas do conflito em torno da presença militar na ilha. A partir de 1995, especialmente após a criação do *Special Action Committee on Okinawa* (SACO), novos desafios se impuseram à comunidade de protestos, exigindo a incorporação de outras pautas à luta histórica contra a ocupação. A proposta de realocação da base de Futenma para Henoko, uma área de alta sensibilidade ecológica, trouxe à tona a dimensão ambiental do conflito, ampliando o campo da resistência para além das reivindicações identitárias e políticas. Assim, a luta contra as bases passou também a mobilizar preocupações com a preservação ambiental e a proteção da biodiversidade local, refletindo a complexidade e a renovação constante dos protestos na ilha.

A comunidade de protesto okinawana, descrita por Miyume Tanji, passou por transformações significativas após a terceira onda de protestos. Segundo Masamichi Inoue, esse evento reconfigurou o espaço político da ilha (NOUE, 2007, p. 45). As manifestações que ocorreram no final de 1995 atingiram proporções inéditas em um período de 30 anos (INOUE, 2007, p. 2) e, em resposta à pressão social e política, foi criado, em novembro do mesmo ano, o SACO — um comitê conjunto entre autoridades japonesas e norte-americanas com o propósito de discutir a necessidade de redução da presença militar estadunidense em Okinawa (TANJI, 2006, p.162).

No entanto, o que inicialmente foi percebido como uma conquista simbólica da terceira onda de protestos, logo revelou uma nova face do conflito. A base de Futenma não seria removida para outra região do Japão, mas realocada dentro da própria ilha de Okinawa, mais especificamente para a área costeira de Henoko, no município de Nago. O anúncio da construção de um novo heliporto militar no local provocou forte reação popular, não apenas por perpetuar a militarização da ilha, mas por representar uma ameaça direta ao meio ambiente. A instalação da base colocaria em risco os recifes de coral e a fauna marinha local, incluindo o dugongo, espécie de peixe-boi em perigo de extinção e símbolo da biodiversidade da região (INOUE, 2007, p. 176-177). Dessa forma, a mobilização anti-base passou a incorporar também uma dimensão ecológica, ampliando o escopo da resistência local e evidenciando a natureza multifacetada do conflito em Okinawa.

## **A relação triangular entre os Estados Unidos, Japão e Okinawa.**

As marcas do colonialismo e do militarismo em Okinawa estão entranhadas em diversos aspectos da vida na ilha: manifestam-se na cultura, na legislação, na política local, no meio ambiente e na própria organização do espaço urbano. Trata-se de um processo contínuo de colonização territorial e simbólica, sustentado tanto pela presença militar quanto por mecanismos ideológicos e jurídicos. Desde a rendição do Japão em 1945, ao fim da Segunda Guerra Mundial, a aliança com os Estados Unidos passou a moldar a política externa e de defesa japonesa, não como uma relação de paridade, mas sob uma lógica de subordinação estratégica. Nesse arranjo assimétrico, o Japão funciona como plataforma operacional dos interesses militares norte-americanos no Leste Asiático. Okinawa, por sua vez, ocupa uma posição ainda mais marginalizada dentro dessa estrutura: é tratada pelo governo central como zona periférica de sacrifício, suportando a maior parte do ônus territorial, social e ambiental da aliança Japão-EUA. Este tópico analisa, portanto, como essa relação triangular se estrutura e se perpetua, evidenciando as tensões entre soberania, dependência e resistência local.

As instalações militares localizadas em Okinawa desempenham um papel estratégico central para os Estados Unidos no atual cenário geopolítico do Indo-Pacífico. Diante do acirramento das tensões entre as duas principais potências globais — Estados Unidos e China —, especialmente em torno de Taiwan e do Mar do Sul da China, a presença militar norte-americana na ilha se reafirma como uma peça-chave da política de contenção da China. No planejamento estratégico americano, as bases funcionam como uma grande muralha, como descrita por Surt Key-young e Ra Mason no artigo *Building a Maritime "Great Wall" to Contain China? Explaining Japan's Recalibration of Risk with the Militarization of Okinawa* (2013). para conter o avanço do comunismo no leste asiático, historicamente, as bases em Okinawa já foram utilizadas com o mesmo objetivo na Guerra do Vietnã (KEY-YOUNG; MASON, 2013).

Hoje são consideradas, no planejamento estratégico dos EUA, o ponto de partida para operações militares em uma eventual escalada na região. Nesse sentido, a ilha se consolida como um verdadeiro "front avançado" na arquitetura de defesa dos Estados Unidos no Leste Asiático, reforçando não apenas a lógica militarista, mas também o papel subordinado de Okinawa dentro da política externa japonesa.

A estratégia americana de contenção à China se fundamenta em uma cadeia de bases militares distribuídas de forma estratégica ao longo do Pacífico, formando o que é conhecido

como Island Chain Strategy — ou Estratégia das Cadeias de Ilhas. Essa estrutura é composta por três linhas principais de contenção. A terceira cadeia inclui o Havaí e outras posições mais afastadas do continente asiático. A segunda cadeia se estende das ilhas Ogasawara, ao norte, em direção ao sul, passando pelas Ilhas Marianas, Guam e Carolinas. Já a primeira cadeia, a mais próxima da China continental, inclui Okinawa como ponto estratégico central, por ser a ilha mais militarizada e geograficamente próxima de Taiwan. Essa linha também se estende pelas Filipinas até Bornéu (KEY-YOUNG; MASON, 2013, p. 444). A posição de Okinawa na primeira cadeia coloca a ilha na linha de frente em uma eventual escalada militar entre Estados Unidos e China, evidenciando sua relevância geopolítica no Indo-Pacífico. A distribuição dessas cadeias esta ilustrada na Figura 5, a seguir.

Figura 5



Fonte: U. S. Naval Institute, 2024

A suposta ameaça externa representada pela China tem sido a principal narrativa utilizada para justificar a permanência e expansão das instalações militares em Okinawa, sob o argumento da proteção da segurança nacional. Essa retórica, amplamente adotada pelo governo central japonês, contribui para a legitimação da presença militar norte-americana na ilha. Key-young e Ra Mason (2013) descrevem esse fenômeno como um “viés de processo de confirmação”, no qual políticas internacionais e regionais são sustentadas com base na ideia de risco à segurança, independentemente de haver evidências empíricas concretas ou probabilidades reais que justifiquem tal ameaça.

A das dinâmicas sociais envolvidas na questão das bases militares. A divisão entre apoiadores e opositores da presença militar não ocorre apenas entre Estado e sociedade civil, mas também atravessa o mercado e outros atores sociais, revelando uma teia de interesses e tensões que ultrapassa os limites da oposição binária. Assim, compreender o conflito em Okinawa exige uma análise que leve em conta não apenas as disputas entre governos e populações locais, mas também as forças econômicas e discursivas que moldam essas relações (KEY-YOUNG; MASON, 2013, p. 440-443).

É neste contexto que emergem diferentes atores na comunidade okinawana. A luta contra a militarização de Okinawa não se limita a manifestações pontuais, mas se materializa por meio de uma rede ampla e diversificada de movimentos organizados, que articulam a resistência local. Demandas de diferentes setores da luta anticolonial como por justiça ambiental, defesa dos direitos das mulheres e reivindicações identitárias. Entre os mais atuantes, destaca-se o coletivo *Kichi Guntai wa Yurusa nai Koudou suru Onna tachi no Kai* (Organização de Mulheres em Ação Contra as Bases e Tropas Militares), formado por mulheres okinawanas que denunciam a violência de gênero associada à presença militar (Okinawa Times, 2023). Grupos como o *Chura Mizu-kai*, com foco ambiental, atuam na proteção dos ecossistemas ameaçados, especialmente em Henoko (Ryukyu Shimpo, 2025). A coalizão política All Okinawa reúne diferentes setores da sociedade — de partidos a movimentos civis — em torno da oposição à construção e expansão das bases. Denny Tamaki, atual governador de Okinawa e uma das principais vozes de oposição as bases militares frente ao Tokyo, faz parte desta coalizão (Ryukyu Shimpo, 2022).

Já organizações com escopo internacional, como a *Peace For Okinawa Coalition* (fundada em 2019) e a *Association of Comprehensive Studies for Independence of the Lew Chewans* (ACSIL's, criada em 2013), representam os uchinanchus na Conferência de Direitos Humanos da ONU. Ambas incorporam a perspectiva dos direitos indígenas e da autodeterminação, conectando a pauta local aos marcos normativos globais. Esses movimentos constituem, em conjunto, uma frente de resistência articulada, que desafia não apenas a presença militar estrangeira, mas também o silenciamento histórico imposto pelo governo central japonês. Ao reivindicarem a retirada das bases, esses atores posicionam-se como protagonistas na reconstrução do imaginário político de Okinawa, onde a soberania territorial e o reconhecimento identitário são inseparáveis.

A presença das bases militares em Okinawa representa um obstáculo significativo ao reconhecimento da identidade indígena uchinanchu por parte do governo central japonês. Segundo a *Association of Comprehensive Studies for Independence of the Lew Chewans* (ACSIL's), a permanência das instalações militares estrangeiras perpetua a condição de subordinação da ilha e compromete seus direitos fundamentais, como o da autodeterminação. Em declaração de 2023, o grupo ressalta que “*Armed forces do not come to Lew Chew because war is there. It is the other way around: the presence of armed forces in Lew Chew attracts war.*”, refletindo sobre a forma como a militarização da ilha historicamente a converteu em zona de conflito. A ACSIL's defende, portanto, a retirada completa de todas as bases militares como condição essencial para a construção da soberania e do reconhecimento identitário do povo uchinanchu (ACSIL's 2015).

A narrativa da ameaça chinesa que Key-young e Ra Mason destacaram fazem parte do discurso dos militares que é amplamente criticado pela ACSIL's. Segundo um militar entrevistado por Julian Ryal, correspondente do DW em Kadena, Okinawa, “*If China chooses to try to neutralize US forces as part of an attack on Taiwan, then Okinawa will be the frontline*” (DW, 2023). Isso mostra que a preocupação pela segurança do povo local levantada pela ACSIL'S é real e urgente. Ao reconhecê-los como nativos da terra, as atividades militares deverão ser cessadas, o direito à demarcação das terras indígenas deverá ser resguardado e as bases realocadas, segundo a Declaração dos Povos Indígenas, artigo 31, emitida pela ONU em 2008.

Artigo 30 1. Não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que essas atividades sejam justificadas por um interesse público pertinente ou livremente decididas com os povos indígenas interessados, ou por estes solicitados. 2. Os Estados realizarão consultas eficazes com os povos indígenas interessados, por meio de procedimentos apropriados e, em particular, por intermédio de suas instituições representativas, antes de utilizar suas terras ou territórios para atividades militares. (Declaração dos Povos Indígenas, Nações Unidas, 2008)

A retirada das bases militares de Okinawa acarretaria um problema administrativo, logístico e econômico para Tóquio, uma vez que exigiria a realocação das instalações para a ilha principal do Japão, o que representaria um grande aumento da proporção da presença militar comparada com a pequena porcentagem atual das instalações em Honshu e Kyushu. Tal medida provocaria desgaste nas relações entre o governo central japonês e os Estados Unidos, ao sinalizar um possível desalinhamento ideológico em relação à geopolítica regional e à importância estratégica de Okinawa para a defesa norte-americana no Indo-Pacífico. Além

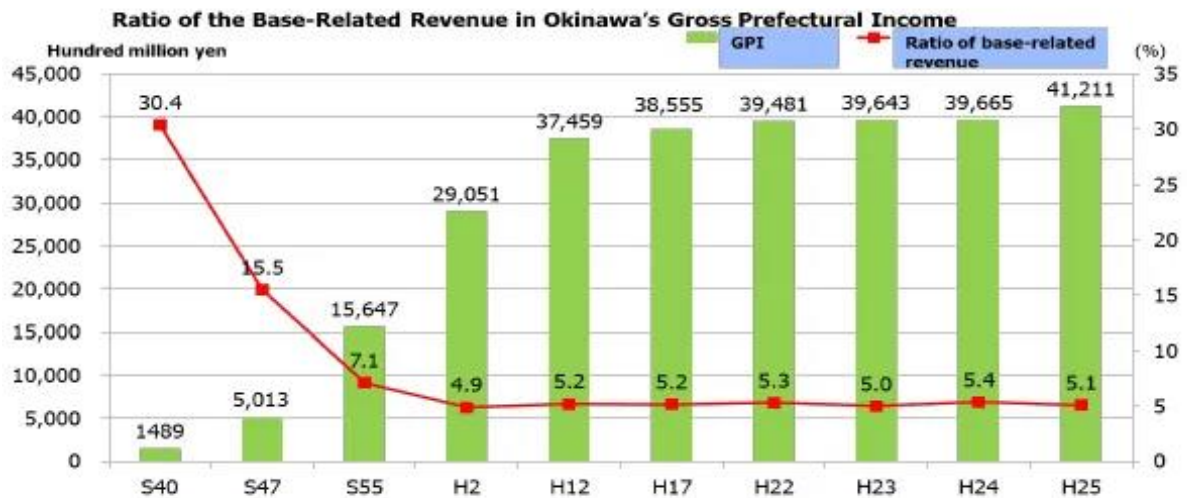
disso, o impasse do governo central em reconhecer os direitos dos uchinanchus como nativos de Okinawa gera tensões políticas internas, envolvendo disputas entre a administração local, o Estado japonês e a sociedade civil okinawana acerca dos limites do sacrifício imposto à ilha.

Essa controvérsia configura um dos principais eixos do debate político contemporâneo sobre a governança de Okinawa. Com a intensificação dos protestos na terceira onda em 1995, os Estados Unidos juntamente com o Governo central tomaram a decisão de realocar a base militar de Futenma em meio a área urbana para uma localidade mais afastada. O ex-governador de Okinawa, Masahide Ota (1995), se tornou um opositor das bases na ilha. De acordo com Ota, a ilha seria mais segura e mais desenvolvida sem a presença das bases militares (INOUE, 2007). O plano de realocar a base de Futenma para Henoko desagradou a população. O governador se opôs posteriormente ao projeto de realocação recusando a assiná-lo *"I cannot approve of filling in the beautiful sea off Henoko to build a base. If we did accept it, Okinawa would be accepting virtually permanent coexistence with the bases,"* (Mainichi Japan, 2017)

Mesmo com o resultado positivo para o movimento anti-base, Miyagi Yasuhiro — ex-vereador da cidade de Nago, figura central no plebiscito de 1997 sobre a questão da base em Nago, autor, crítico e historiador —, junto com Miyume Tanji, categorizou o ocorrido como o “paradoxo da opinião pública”. Apesar do resultado do referendo, as eleições municipais resultaram na vitória de candidatos pró-base: Inamine Keiichi (1998–2002) foi eleito governador com o apoio do governo central, que prometeu investir 300 bilhões de ienes por ano (aproximadamente 2,5 bilhões de dólares na época), ao longo de dez anos, como parte de um plano de desenvolvimento para Okinawa. Esse compromisso estava diretamente vinculado à aceitação do plano de realocação da base militar dos EUA de Futenma para Henoko, no norte da ilha. Na mesma linha, Kishimoto Tateo foi eleito prefeito, alinhado com o governo central e com o movimento pró-base (Japan Press, 2022).

Isso se deve às constantes promessas de desenvolvimento da ilha feitas pelo governo central, mas mesmo após mais de duas décadas, Okinawa continua sendo a província mais pobre do Japão (Ryukyu Shimpo, 2016), a renda que advém das bases militares representa somente cerca de 5% da renda da ilha que sobrevive sua maior parte do turismo como mostra a figura 6 (*Okinawa Prefecture Government*, 2020).

Figura 6



Fonte: Prefeitura de Okinawa, 2014

Segundo a prefeitura de Okinawa, a porcentagem da receita relacionada às bases na economia de Okinawa diminuiu significativamente, passando de 30,4% em 1965, antes da devolução de Okinawa ao Japão, para 15,5% imediatamente após a devolução, e alcançando uma taxa ainda mais baixa de 5,1% em 2013. Isso significa que a insegurança que surge com a retirada das bases não é fundamentada em dados estatísticos e sim numa narrativa usada como arma ideológica para justificar o colonialismo.

Para uma análise mais específica do cenário político de Okinawa no período posterior à terceira onda de protestos, e das movimentações políticas que se seguiram nos anos seguintes, será utilizado o artigo *Managing the US Base Issue in Okinawa: A Test for Japanese Democracy*, de Aurelia George Mulgan. A obra oferece uma leitura crítica das relações entre o governo central japonês, as autoridades locais de Okinawa e os Estados Unidos, destacando as tensões institucionais e os limites da democracia japonesa diante das demandas da população okinawana.

Segundo Mulgan, há três divisões neste cenário político, a de “*high politics*” na área de segurança e envolve dois atores, os Estados Unidos e o Japão. O de “*low politics*”, que envolve as bases militares e sua relação com a comunidade local. E por fim o “*intermediate level of political interaction*” que envolve os grupos anti-base e as autoridades do governo central.

Mulgan argumenta que a influência exercida pelos Estados Unidos na elaboração da Constituição japonesa, especialmente durante o período de ocupação pós-Segunda Guerra Mundial, institucionalizou uma forma de dominação que impacta diretamente os okinawanos. Segundo a autora, essa imposição constitucional contribuiu para a legitimação de práticas que violam os direitos humanos e perpetuam a apropriação desproporcional do território de Okinawa para fins militares — em comparação ao restante do Japão —, reforçando a marginalização política e territorial da ilha dentro do Estado japonês. (MULGAN, 2010, p. 160)

Aurelia George Mulgan destaca que, embora o governo central detivesse formalmente a responsabilidade de impor a renovação dos contratos de arrendamento de terras para uso militar pelos Estados Unidos, essa autoridade foi, na prática, delegada aos governos locais por meio do sistema *kikan inin jimū* — um mecanismo jurídico-administrativo que obriga autoridades locais democraticamente eleitas a agirem como agentes da burocracia central. Mais de 500 leis no Japão impõem essa lógica de delegação, na qual prefeitos e governadores devem priorizar o cumprimento das diretrizes de Tóquio, mesmo que em detrimento das demandas de suas próprias populações. Esse sistema expõe uma contradição entre a autonomia local e os interesses de segurança nacional impostos pelo Estado, como exemplificado no caso do governador Ota, que foi judicialmente obrigado a renovar os contratos das bases militares, mesmo sendo contrário à sua continuidade (MULGAN, 2010, p. 161-163).

A tentativa de Ota de recorrer à Suprema Corte japonesa foi simbolicamente relevante, mas o governo central reagiu rapidamente: o primeiro-ministro Hashimoto assinou diretamente os contratos e, pouco depois, o parlamento aprovou uma emenda à Lei de Medidas Especiais para legalizar o uso contínuo das terras pelas forças americanas — mesmo contra a vontade de aproximadamente 3 mil proprietários que se recusaram a renovar os contratos (MULGAN, 2010, p. 161-163).

Em vez de considerar a autonomia local ou os direitos de propriedade, o Estado japonês respondeu com a centralização ainda mais rígida da gestão territorial, especialmente no que se refere às bases em Okinawa. Em nome da segurança nacional, um comitê de reforma administrativa recomendou que os governos locais não tivessem mais jurisdição sobre assuntos relacionados à presença militar. Essa recomendação visava, sobretudo, eliminar obstáculos políticos e jurídicos à construção de novas instalações, como o heliporto em Henoko, destinado a substituir a base de Futenma. Embora, formalmente, o Japão tenha aprovado uma legislação de descentralização em 1999, que entrou em vigor em 2000 e transferiu 55% das funções

administrativas para os governos locais, a questão do arrendamento compulsório de terras para uso das forças armadas norte-americanas foi explicitamente excluída desse processo (MULGAN, 2010, p. 161-163).

Assim, segundo Mulgan, a política japonesa em relação a Okinawa revela uma contradição fundamental: enquanto prega a descentralização como princípio administrativo, o Estado central reforça seu controle autoritário sempre que interesses militares ou geopolíticos estão em jogo — o que aprofunda a condição de subordinação estrutural da ilha dentro do sistema político japonês.

A análise de Mulgan revela a essência de um dilema profundamente estrutural: a subordinação da vontade popular local aos imperativos de segurança nacional moldados por interesses geoestratégicos externos. A estratégia dual do governo japonês — mesclando incentivos econômicos e concessões pontuais — opera não como resposta à legitimidade das demandas locais, mas como mecanismo de contenção política. Essa postura evidencia uma assimetria sistêmica, onde a centralidade de Okinawa na arquitetura militar dos EUA no Indo-Pacífico relega a agência da população local a um plano secundário. Mesmo diante de reconhecimentos pontuais das tensões internas, como no caso da realocação de Futenma, o que se percebe é que a escuta à sociedade civil se dá apenas quando a contestação ameaça romper o limite do aceitável. Assim, a gestão do “problema de Okinawa” revela-se menos como um diálogo entre governo e governados e mais como uma administração de dissensos, em que a soberania popular é relativizada frente à geopolítica internacional e à dependência do Japão em relação à aliança militar com os Estados Unidos.

O tema das bases militares na política local okinawana se tornou ponto central do debate entre população e adversários políticos. E abriu uma série de disputas entre Tokyo, amarrada pelos acordos e tratados com Estados Unidos, e o governo de Okinawa, pressionado por movimentos locais e refém das bases e das decisões do governo central.

Em 1998, Ota perdeu a eleição para Keiichi Inamine, candidato pró-governo central, embora com uma retórica moderada. Inamine defendia a realocação da base de Futenma dentro de Okinawa, especificamente para a região costeira de Henoko, em Nago. Seu governo buscou negociar compensações econômicas com Tóquio em troca de cooperação, como parte do chamado “Plano de Desenvolvimento de Okinawa”, que prometia bilhões de ienes para infraestrutura e economia local, típica tática da política do LDP, apelando para a

vulnerabilidade econômica da ilha. Ainda assim, enfrentou forte resistência da população de Nago, especialmente após o plebiscito de 1997, no qual a maioria da população local rejeitou a construção da nova base (MULGAN, 2010, p. 166-171).

Em 2006, Hirokazu Nakaima sucedeu Inamine na cadeira de governador. Embora inicialmente fosse pró-base e alinhado com o governo central, sua postura começou a mudar com o tempo. Sob pressão popular, especialmente após a intensificação dos protestos contra a construção da nova base em Henoko, Nakaima começou a criticar abertamente o governo central por não considerar a vontade da população (Ryukyu Shimpo, 2011).

Já no cenário nacional, em 2009, Taro Aso foi sucedido por Yukio Hatoyama (Partido Democrata do Japão), o que representou uma quebra no longo tempo do Partido Liberal Democrata (LDP) no poder. Hatoyama ganhou as eleições para primeiro-ministro com promessas difíceis de serem cumpridas. Ele prometeu romper um acordo entre os EUA e o Japão para realocar uma base militar americana dentro de Okinawa e movê-la para fora da ilha e posteriormente para fora do Japão. Hatoyama não conseguiu cumprir sua promessa e admitiu que as bases teriam que permanecer em Okinawa, o que gerou protestos por parte da população (BBCnews, 2010). O então primeiro-ministro renunciou após nove meses no governo por vários impasses em sua administração nesse período e assim sucederam renúncias atrás de renúncias com a fase ruim que o Japão passou com o desastre de Fukushima, tsunamis e terremotos até chegar em 2012, quando Shinzo Abe chegou ao poder.

Paralelo às mudanças no governo central em 2013, Hirokazu Nakaima (2006-2013), sucessor de Keiichi Inamine e apoiado pelo LDP e o governo central nas eleições, aprovou a construção da base de Henoko em 2013, durante a administração de Shinzo Abe (LDP) mostrando claro alinhamento com o governo central que refletiu em suas palavras em uma conferência "The government has recently met our requests in compiling a plan to reinvigorate Okinawa. We felt that the Abe government's regard for Okinawa is higher than any previous governments". Isso gerou protestos da população e consequentemente a queda de Nakaima nas eleições (Reuters, 2013).

Com a forte oposição da população a Nakaima, Takeshi Onaga concorreu de forma independente a governador, tendo como tema principal de campanha uma forte oposição às bases militares. Ele venceu por 360,820 mil (51%,64) votos a 260,076 (37,34%) de Nakaima. Em seu governo sofreu ataques por parte da ala direita do governo central, que tentou relacioná-

lo a agentes do CCP, o relacionando ao comunismo. Um político e oficial da força de defesa da aeronáutica japonesa aposentado, Toshio Tomogami, twitou que a filha de Onaga estudou em Beijing e se casou com um comunista (myNEWS, 2014). Onaga morreu em 2018, e seu vice assumiu o cargo e chamou novas eleições.

Novamente a população de Okinawa reflete suas vontades nas urnas elegendo Denny Tamaki que com um discurso anti às bases militares saiu vitorioso das eleições contra Atsushi Sakima, candidato apoiado pelo LDP. Com isso o “paradoxo da opinião” parece desfeito pois, duas décadas depois Okinawa ainda não viu os benefícios e o desenvolvimento da ilha, as promessas da construção da base respeitando o ecossistema local foram quebradas, toneladas de areia foram despejadas sobre cadeias de corais da região. Geólogos alertaram sobre risco sísmico devido a uma falha no lado oriental (The Asahi Shimbun, 2020).

Em 2019, Denny Tamaki se reuniu com Shinzo Abe para apresentar o resultado de um plebiscito realizado com a população de Okinawa e discutir sobre a paralisação da construção da base de Henoko. Tamaki apresentou o plebiscito do qual 71,7% dos eleitores rejeitaram a instalação da base na baía de Henoko (FCCJ, 2019). Abe negou a demanda do governador e disse que a construção continuaria. Após o encontro com Abe Denny Tamaki ressaltou em uma coletiva” O que está em jogo é o respeito à democracia por parte do governo japonês”.

Em 2020, Abe foi assassinado e posteriormente Kishida Fumio, também filiado ao LDP, assumiu como primeiro-ministro. Em 2022, Fumio disse em um discurso de comemoração ao aniversário de retorno do arquipélago a administração japonesa: "Mesmo 50 anos após a devolução, a população de Okinawa carrega um fardo considerável ao abrigar bases militares – "O governo leva isso a sério e continuará comprometido em reduzir a carga." (NHK, 2022). O governador de Okinawa, Tamaki Denny, na ocasião, direcionando-se ao governo central criticou a desproporcionalidade deste fardo de Okinawa e incitou o governo a mudanças para o bem-estar da população okinawana. Diplomáticamente ameno, praticamente irrelevante as falas do primeiro-ministro em relação ao problema de Okinawa.

Em 2024, o governador Denny Tamaki lançou o “Manifesto de Paz”, reafirmando o compromisso de Okinawa com a resolução pacífica de conflitos, a não violência e a preservação da identidade cultural e histórica da região (*Peace Declaration*, 2024). O documento também destacou a necessidade de um diálogo inclusivo sobre a presença militar estrangeira na ilha, defendendo alternativas sustentáveis e respeitosas com os direitos humanos. No ano seguinte,

em 2025, a ACSIL's participou do Fórum Permanente da ONU para Questões Indígenas, onde levou a pauta do ataque ao meio ambiente na ilha. A participação da ACSIL's reforçou a internacionalização das reivindicações de Okinawa e buscou inserir a causa local nos marcos normativos globais de autodeterminação.

Nos últimos 10 anos, a população de Okinawa tem expressado nas urnas sua rejeição à aliança entre o governo central japonês e os interesses militares dos EUA, revelando a divergência entre suas demandas e as decisões de Tokyo. A apatia do governo japonês e a imposição das bases militares são reflexo de uma dupla colonização. Mesmo com poder político limitado, os okinawanos continuam a resistir, denunciando e elegendo representantes que enfrentem o papel imposto à ilha como bode expiatório da segurança nacional.

## **Conclusão**

Okinawa representa uma das expressões mais evidentes das amarras do colonialismo promovido pelos Estados Unidos. Vivendo sob uma dupla colonização, a ilha resiste aos múltiplos impactos da presença massiva e intrusiva do militarismo em seu território. As bases não refletem seus valores, nem sua história — transformando Okinawa em mero ponto estratégico dentro da geopolítica norte-americana, enquanto sua cultura, identidade e povo são sistematicamente negligenciados.

Essa opressão se manifesta no cotidiano da população, na erosão da memória cultural e no silenciamento das especificidades okinawanas, enquanto as novas gerações são moldadas para naturalizar a presença militar — até a aceitação dela como parte do seu cotidiano. Trata-se de um entrave à autodeterminação do povo uchinanchu, mantido num estado de subordinação institucionalizada, que resiste em meio a promessas de desenvolvimento, ao apagamento histórico e estratégias de contenção geopolítica.

A terceira onda de protestos revelou ao mundo que as raízes do colonialismo seguem profundamente arraigadas, sustentadas por um país que se apresenta como guardião da democracia, mas ignora as vozes e os direitos de uma população subjugada. De acordo com os conceitos apresentados por Mulgan, Okinawa é refém das decisões impositoras que o governo central submete a prefeitura. A crise da democracia na ilha leva a sensação de impotência por parte dos cidadãos em relação aos desafios que advêm da presença militar americana. Isso é

refletido nas gerações mais jovens e na comunidade de protesto na ilha que sofre com a falta de aderência aos protestos. As gerações mais jovens não aderem por uma incompatibilidade ideológica, por falta de interesse ou por acharem que nada mudará, gerações que nunca viram a guerra ou nunca viveram em uma Okinawa sem a presença das bases militares.

Uma nova Okinawa vem sendo construída em um processo de colonização, uma Okinawa rendida aos interesses Norte Americanos e refém das decisões do governo japonês. Mas ainda há vozes que estão lá para denunciar o processo colonial contemporâneo que está acontecendo, além do militarismo, o domínio da cultura, das ideias, da influência na política, economia e na sociedade, geração após geração. O próprio neocolonialismo que inundou as políticas locais durante todo o processo desde 1972. Okinawa precisa ser ouvida e está lutando como pode para isso. Desde o caso de 1995, o movimento anti-base e pelos direitos dos locais vem se fortalecendo e através de organizações como a ACSIL's e a *Peace for Okinawa*. As vozes okinawanas tomaram proporções internacionais. O militarismo, e o colonialismo em Okinawa são um grande problema de muitas faces, o que é visto pelo governo central japonês e pelos Estados Unidos, no conceito de *high politics* explorado por Mulgan, como uma questão de segurança nacional, para Okinawa é questão de sobrevivência, um ponto estratégico em meio a uma possível guerra com a China, novamente Okinawa estará no front de uma guerra que não é sua e com um alvo (bases militares) nas costas.

## Referências

**ACSIL'S – Association of Comprehensive Studies for Independence of the Lew Chewans.** *Statement on the Uchinaanchu Identity and U.S. Military Bases in Lew Chew*

**ASSOCIATION OF COMPREHENSIVE STUDIES FOR INDEPENDENCE OF THE LEW CHEWANS – ACSILs.** Statement submitted to the United Nations Human Rights Council. [S.l.], 2023. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1SWsl-3TYxgzPmn3ELfsXHc1VDPKSEQ4b/view>>. Acesso em: 10 maio 2025

**ASSOCIATION OF COMPREHENSIVE STUDIES FOR INDEPENDENCE OF THE LEW CHEWANS – ACSILs.** *Submission to the United Nations: Human Rights and Military Occupation in Lew Chew (Okinawa)*. 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zbneaPm5JLe5iz9y7XttOfOouRNZdQiZ/view?usp=sharing>. Acesso em: 3 out. 2024.

**BBC NEWS.** Japan demands justice for girl raped by US Marines. 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/10213012>. Acesso em: 15 maio 2024.

**DEUTSCHE WELLE.** Japan: Why Okinawa is strategically crucial for US military. *DW*, 9 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/japan-why-okinawa-is-strategically-crucial-for-us-military/a-67502058>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

**EFE.** Governador de Okinawa faz pressão para evitar transferência de base dos EUA. *UOL Notícias*, 1 mar. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/03/01/governador-de-okinawa-faz-pressao-para-evitar-transferencia-de-base-dos-eua.htm>. Acesso em: 22 jul. 2024.

**GOVERNO DO ESTADO DE OKINAWA.** Kouza 2 – Arquivo histórico de Okinawa. 2018. Disponível em: <https://www.archives.pref.okinawa.jp/publication/kouza2.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

INOUE, Masamichi S. **Okinawa and the US military: Identity making in the age of globalization.** Columbia University Press, 2007.

**JAPAN PRESS WEEKLY.** Chinese agent and other insults: Okinawa governor lives with threats. *South China Morning Post*, 25 nov. 2017. Disponível em: [https://www-scmp-com.translate.goog/week-asia/geopolitics/article/2122311/chinese-agent-and-other-insults-okinawa-governor-lives?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt&\\_x\\_tr\\_pto=tc&\\_x\\_tr\\_hist=true](https://www-scmp-com.translate.goog/week-asia/geopolitics/article/2122311/chinese-agent-and-other-insults-okinawa-governor-lives?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc&_x_tr_hist=true). Acesso em: 12 maio 2025.

KERR, George H. **Okinawa: The history of an island people.** Tuttle Publishing, 2011.

KEY-YOUNG, Sort; MASON, Ra. **Building a maritime" great wall" to contain China? explaining Japan's recalibration of risk with the militarization of Okinawa. Asian Perspective**, v. 37, n. 3, p. 437-461, 2013.

KEY-YOUNG, Sort; MASON, Ra. Building a maritime" great wall" to contain China? explaining Japan's recalibration of risk with the militarization of Okinawa. **Asian Perspective**, v. 37, n. 3, p. 437-461, 2013.

**MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN – MOFA (2000).** *Q&A on Japan-U.S. security <treaty and U.S. forces in Japan.* Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/2.html> > Acesso: 3 de ago. 2024.

**MINORITY RIGHTS GROUP INTERNATIONAL.** Ryukyuans (Okinawans) in Japan. Disponível em: <<https://minorityrights.org/communities/ryukyuans-okinawans/>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MORRISON, Charles E. et al. **Millennial+ voices in Okinawa: an inquiry into the attitudes of young adults toward the presence of US bases.** Honolulu, HI: East-West Center, 2019.

MULGAN, Aurelia George. Managing the US base issue in Okinawa: A test for Japanese democracy. **Japanese Studies**, v. 20, n. 2, p. 159-177, 2000.

**MAINICHI.** Okinawa marks 72 years since the end of battle with peace prayers amid US base issues. *The Mainichi*, 13 jun. 2017. Disponível em: <https://mainichi.jp/english/articles/20170613/p2a/00m/0na/007000c>. Acesso em: 28 abr. 2025.

**MAINICHI JAPAN.** *Okinawa governor demands halt to base work after coral damage confirmed.* Mainichi Japan, Tóquio, 21 ago. 2024. Disponível em: [https://mainichi.jp/english/articles/20240821/p2a/00m/0na/014000c?utm\\_source=chatgpt.com](https://mainichi.jp/english/articles/20240821/p2a/00m/0na/014000c?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 17 nov. 2024.

MULGAN, Aurelia George. Managing the US base issue in Okinawa: A test for Japanese democracy. *Japanese Studies*, v. 20, n. 2, p. 159-177, 2000.

NISHIYAMA, Hidefumi. Geopolitics of disregard: Living a colonial life in Okinawa. **Political Geography**, v. 74, p. 102042, 2019.

**NIRAIKANAI ARCHIVE** (2010). *The Ryukyu/Okinawa independence movement: Past, present, and future.* Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101004181232/http://www.niraikanai.wvma.net/pages/archive/rev71.html> > Acesso: 3 de ago. 2024.

NISHIYAMA, Hidefumi. Geopolitics of disregard: Living a colonial life in Okinawa. **Political Geography**, v. 74, p. 102042, 2019.

**OKINAWA PREFECTURAL GOVERNMENT.** Base-related Data. Disponível em: <https://dc-office.org/basedata#p5>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

**OKINAWA PREFECTURAL GOVERNMENT.** *Okinawa: Current situation of the U.S. military bases and requests.* Okinawa, 2023. Disponível em: [https://www.pref.okinawa.lg.jp/\\_res/projects/default\\_project/\\_page\\_/001/008/404/eigo.pdf](https://www.pref.okinawa.lg.jp/_res/projects/default_project/_page_/001/008/404/eigo.pdf). Acesso em: 3 jan. 2025.

**OKINAWA TIMES.** Protestos em Okinawa reúne milhares contra bases dos EUA. 2023. Disponível em: <https://www.okinawatimes.co.jp/articles/gallery/1183536>. Acesso em: 27 jan. 2024.

**OKINAWA TIMES.** 沖縄戦から78年、「慰霊の日」きょう。摩文仁に祈り、平和願う。 *Okinawa Times*, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://www.okinawatimes.co.jp/articles/gallery/1183536>. Acesso em: 14 abr. 2025.

**OKINAWA PREFECTURE,** 沖縄県推計人口データ一覧 (Lista de dados de estimativas da população da província de Okinawa) 2020. Disponível em: <https://www.pref.okinawa.jp/toukeika/estimates/estidata.html>>. Acesso em 16 de novembro de 2024.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU.** *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.* Genebra: ONU, 2007. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_dos\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf). Acesso em: 02 dez. 2024

**PEACE FOR OKINAWA COALITION.** About. 2023. Disponível em: <https://www.peaceforokinawa.org/about.html>. Acesso em: 19 maio 2025.

**REUTERS.** Japan gets Okinawa approval for US Marine base move. 2013. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/world/japan-gets-okinawa-approval-for-us-marine-base-move-idUSBRE9BQ0AC/#:~:text=The%20government%20has%20recently%20met,on%20the%20people%20of%20Okinawa..> Acesso em: 20 maio 2025.

**RYUKYU SHIMPO.** Declarações recentes de Tamaki. 2023. Disponível em: <https://ryukyushimpo.jp/news/entry-1582039.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**RYUKYU SHIMPO.** At 25.9 percent, Okinawa has highest rate of Japanese citizens on welfare. *Ryukyu Shimpo*, 11 jan. 2016. Disponível em: <https://english.ryukyushimpo.jp/2016/01/11/24309/#:~:text=At%2025.9%20percent%2C%20Okinawa%20has,13%20this%20February.>> Acesso em: 24 maio 2024.

**RYUKYU SHIMPO.** Okinawa has highest child poverty rate in Japan. 2016. Disponível em: <https://english.ryukyushimpo.jp/2016/01/11/24309/#:~:text=At%2025.9%20percent%2C%20Okinawa%20has,13%20this%20February.> Acesso em: 2 jul. 2024.

**SSIR – STANFORD SOCIAL INNOVATION REVIEW.** Okinawa: Link between socioeconomic disparities and colonialism in Japan. 2022. Disponível em: <https://ssir.org/articles/entry/okinawa-link-between-socioeconomic-disparities-and-colonialism-in-japan>. Acesso em: 29 set. 2024.

**SSIR – STANFORD SOCIAL INNOVATION REVIEW.** Okinawa: Link between socioeconomic disparities and colonialism in Japan. 2022. Disponível em: <https://ssir.org/articles/entry/okinawa-link-between-socioeconomic-disparities-and-colonialism-in-japan>. Acesso em: 29 jun. 2024.

**STATE.GOV.** Agreement Between the Government of the United States and the Government of Japan on Cooperation and Mutual Assistance. 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2022/05/22-401.1-Japan-Defense-SMA.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

TANJI, Miyume. **Myth, protest and struggle in Okinawa.** Routledge, 2007.

**THE ASAHI SHIMBUN.** *Japan, U.S. at odds over who has right to question SOFA.* The Asahi Shimbun, Tóquio, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://www.asahi.com/ajw/articles/15387478#:~:text=Around%202:15%20p.m.%20on,officials%27%20interpretations%20of%20SOFA%20articles>. Acesso em: 17 nov. 2024.

**The Nago Referendum** 1997. Disponível em: <http://ryukyu-okinawa.net/pages/archive/nago.html>. Acesso em: 09 de mar. 2025

**THE NATIONAL WWII MUSEUM.** Okinawa: The Costs of Victory in the Last Battle. Disponível em: <https://www.nationalww2museum.org/war/articles/okinawa-costs-victory-last-battle>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

(Okinawa). [S.l.], 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JBq3dBXFeQDY3xMAqfOvnKSZ0b3ysG8u/view>. Acesso em: 02 nov. 2024.

**UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES – UNHCR.** Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. 2007. Disponível em:

[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_dos\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf). Acesso em: 7 maio 2025.

**UNITED STATES. Department of State.** *Japan – Defense – Special Measures Agreement*. Washington, D.C., 1 abr. 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2022/05/22-401.1-Japan-Defense-SMA.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

**UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES – UNHCR.** Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. 2007. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_dos\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf). Acesso em: 7 maio 2025.

**WORLD WILDLIFE FUND – WWF.** Dugong. 2023. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/species/dugong>. Acesso em: 9 mar. 2024.

**YAMAGUCHI, Mari.** Deputy prime minister calls Japan a nation with single race. *AP News*, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://apnews.com/article/8296991ddb3ed200b24b8ee571c3ff3b> Acesso em: 15 fev. 2025.